



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A INCLUSÃO ESCOLAR: INDICATIVOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE ENSINO

Leticia da Silva Segatel¹, Maria Carolina Miesse²

¹Acadêmica do Curso de Psicopedagogia, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/ICETI- UniCesumar. leticiasegatel@hotmail.com

²Orientadora, Mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). Doutoranda em educação pelo PPE-UEM. Docente no Curso de Psicopedagogia, UNICESUMAR. maria.cmiesse@unicesumar.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as produções científicas com ênfase nas concepções dos professores acerca das práticas de inclusão para crianças diagnosticadas com TEA, e quais as implicações para a organização do ensino para esses aprendentes. A coleta utilizou-se das bases de dados, *Google Acadêmico* e *SciELO*, adotando os descritores: *Prática pedagógica* and, *Inclusão* and, *Transtorno do Espectro Autista*. A seleção resultou em um n. amostral de 16.600 artigos, dos quais foram selecionados 03, a partir dos critérios de elegibilidade. Os dados foram analisados e categorizados, sendo que os resultados apontam que as políticas públicas nacionais, voltadas a inclusão, influenciaram na organização do ensino nas instituições escolares. Entretanto, ainda se constata a dificuldade do professor no planejamento de práticas pedagógicas inclusivas e assertivas para as necessidades dos alunos com TEA, sendo necessário munir este profissional com conhecimentos teórico-práticos sobre as especificidades da atividade de ensino para esses aprendentes, visando a construção da aprendizagem de modo a contemplar de fato uma prática inclusiva no contexto educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas de Inclusão; Prática pedagógica; Transtorno do Espectro Autista.

1 INTRODUÇÃO

Como afirma o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma educação de qualidade é direito de todas as crianças e adolescentes, direito que se aplica a todos sem discriminação por condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, ou seja, independentemente se o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem durante o processo formativo (BRASIL, 1990). A Política Nacional de Educação Especial, promulgada em 2008, reafirma este princípio, objetivando assegurar a inclusão escolar de estudantes com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2018).

Contudo, no contexto escolar observa-se dificuldades da prática docente para fazer valer as políticas públicas. De acordo com Cenci (2021), a educação inclusiva para esse público acontece apenas em termos legais, pois, apesar da legislação assegurar o ensino inclusivo, os investimentos do Estado na formação e qualificação do professor ainda são precários ou inexistentes.

No caso do Transtorno do Espectro Autista (TEA), transtorno vinculado ao neurodesenvolvimento, essa dificuldade se intensifica, tendo em vista suas características. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM 5 –TR (2022), o Transtorno do Espectro Autista tem como critérios de diagnóstico déficits persistentes na comunicação e interação social, na reciprocidade socioemocional, déficits em comportamentos comunicativos não verbais, dificuldades em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, falta de interesse pelos pares, padrões restritos e repetitivos de comportamento, insistência na mesmice, hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais, e seu grau é dividido em níveis, leve, moderado e severo.

Para que o aluno desenvolva suas habilidades e competências, é necessária uma busca de estratégias didático metodológicas que atendam as especificidades do TEA,



entretanto, a realidade na sala de aula é outra. O professor muitas vezes não possui a formação necessária para atender as demandas em sala de aula e acaba por deixar o aluno que apresenta desenvolvimento atípico, seja em nível comportamental ou cognitivo, sem a mediação necessária, devido a diversos fatores como a espera por um diagnóstico médico/psicológico/psicopedagógico. Muitas vezes, mesmo após o laudo médico, a dificuldade de pensar intervenções educacionais assertivas ainda se mantém.

Apesar do direito da criança a inclusão na educação ser institucionalizado via políticas públicas educacionais, pouco se discute sobre as condições concretas para que esta se efetive na prática. Cenci (2021), menciona que incluir não é apenas colocar os alunos juntos na sala de aula, é necessário garantir que todos tenham as mesmas possibilidades de aprendizagem.

Desse modo, indagamos o que se tem pesquisado e debatido sobre as concepções dos professores acerca das práticas de inclusão para crianças diagnosticadas com TEA no contexto escolar? Quais as implicações para a organização do ensino para esses aprendentes? Destarte, este trabalho objetiva analisar as produções científicas que investigam as concepções de professores sobre as práticas pedagógicas inclusivas para estudantes diagnosticados com TEA.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa se caracteriza como uma revisão integrativa, buscando resumir os resultados das pesquisas anteriores sobre a temática, de modo a metodizar os achados das pesquisas relacionadas a questão investigativa (CROSSETTI, 2012).

O levantamento das produções foi realizado nas bases de dados: Google acadêmico e Scielo. Foram utilizados os descritores e operadores *Prática pedagógica* and *Inclusão* and *Transtorno do Espectro Autista*, sendo localizados, ao todo, um total de 16.600 produções.

Analisou-se, em um primeiro momento, o título e o resumo dos trabalhos selecionados, a partir dos critérios de inclusão e exclusão elegidos. Para a produção ser incluída deveria contemplar uma pesquisa que abordasse a Prática Docente e o Transtorno do Espectro Autista e ser uma pesquisa realizada com professores da educação básica.

Sendo assim, após o levantamento e análise das produções, foram selecionados 3 produções, as quais se caracterizam como escopo de análise desta investigação.

Quadro 1: Artigos selecionados

Título	Autor (ano)
A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE UM ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA PRÉ-ESCOLA.	CENCI, Mirna. (2021)
A VISÃO DOCENTE SOBRE A INCLUSÃO DE UM ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	BEZERRA, Monica Maria da Silva (2019)
ATUAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO PRÉ- ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	ROCHA, E. P; VASQUES, A. T; LAMÔNICA, D. A. C (2021)

Fonte: Elaborado pelas autoras

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES



A utilização da metodologia qualitativa foi encontrada em 100% (n=3), sendo: Questionário 100% (n=3), entrevista 100% (n=3). Após a seleção das produções, identificou-se que Cenci (2021) utilizou como método a pesquisa qualitativa, optando por um estudo de caso, com o objetivo de descrever a percepção de uma professora quanto a inclusão do aluno com TEA na pré-escola regular; Bezerra (2019) utilizou a técnica de entrevistas individuais, com um roteiro de entrevista semiestruturado com dez questões norteadoras para coleta de dados e Lamônica (2021), utilizou questionário sobre atuação do professor com alunos autistas.

Cenci (2021), esclarece que as políticas públicas nacionais, voltadas a inclusão, influenciaram na produção e organização do ensino nas instituições escolares, bem como na elaboração do Projeto Político Pedagógico, intervindo nas práticas pedagógicas inclusivas para alunos com TEA.

Apesar desse contexto, segundo Bezerra (2019), a formação docente ainda não é suficiente para se desenvolver práticas pedagógicas eficazes e realmente inclusivas no processo de ensino aprendizagem do aluno com TEA. Mesmo a inclusão estando em discussão há anos, a preocupação com a formação docente para atender esse público-alvo é algo recente. O autor salienta que o paradigma de uma inclusão pode estar na elaboração de políticas públicas mais eficazes e geridas por pessoas que compreendam e invistam em uma formação continuada de professores, preparando-os para desenvolver práticas adequadas à aprendizagem do aluno.

Rocha, Vasques e Lamônica (2021), destacam que o planejamento do professor é algo fundamental para que ocorra atividades realmente inclusivas em sala de aula, por conseguinte, munir esse profissional de conhecimentos teórico-práticos para o trabalho com as necessidades especiais dos alunos é essencial.

No que se refere a indicativos para a organização da atividade de ensino para alunos com TEA Cenci (2021), afirma que é possível promover uma educação inclusiva de qualidade com medidas simples, como manter as paredes da sala de aula com cores claras e estimular a interação do aluno com seus pares e com a comunidade escolar em geral.

Por fim, constata-se nas pesquisas selecionadas a escassez de meios para melhorar e aperfeiçoar o trabalho pedagógico do professor junto a alunos com TEA, sendo emergente a realização de trabalhos que abordem a temática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a partir da análise das produções científicas com foco na relação professor e aluno com Autismo, que, para assegurar o direito do aluno com TEA o professor precisa estar amparado, tanto profissionalmente quanto psicologicamente, em sua prática profissional. Emerge a necessidade do desenvolvimento de estratégias didático-pedagógicas para se (re)pensar a organização da atividade de ensino, de modo a se adequar às necessidades educacionais dos alunos e para a melhoria da qualidade da aprendizagem.

Constata-se a necessidade da realização de novas investigações com os professores, a fim de coletar informações referentes aos obstáculos encontrados na organização da atividade de ensino, além de formações continuadas voltadas a esses profissionais de modo a muni-los com conhecimentos teórico-práticos sobre a questão, visando a construção da aprendizagem de modo a contemplar de fato uma prática inclusiva no contexto educacional.



REFERÊNCIAS

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5 ed., Texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BEZERRA, M. M. D.S. **A visão docente sobre a inclusão de um aluno com transtorno do espectro autista no contexto escolar: desafios e possibilidades**. 2019. 65 f. TCC (Curso de Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CENCI, MIRNA. **A percepção do professor em relação a inclusão de um aluno com transtorno do espectro autista na pré-escola**. 2021. 53 f. Monografia (Curso de Pedagogia) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado/ RS, 2021.

CROSSETI, M.G. O. Revisão integrativa de pesquisa na enfermagem: o rigor científico que lhe é exigido. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 8-9, 2012.

ROCHA, E.P; VASQUES, A. T. F; LAMÔNICA, D. A. C. Atuação pedagógica no ensino pré-escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Cefac**, Bauru, SP, v. 23, n. 2, p. 1-11, 2021.